

ARGUMENTO ONTOLÓGICO, EXPERIÊNCIAS MÍSTICAS E A POSSIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE DEUS

ONTOLOGICAL ARGUMENT, MYSTICAL EXPERIENCES AND THE POSSIBILITY OF THE EXISTENCE OF GOD

Rafael Wuster

Resumo: Este artigo discute o papel das experiências místicas no debate sobre o argumento ontológico, historicamente concebido como um argumento *a priori*. Começamos com a análise do argumento “ontomístico” apresentado por Pruss (2001) no qual ele utiliza as experiências místicas em conjunto com o princípio de Śamkara para defender a premissa crucial do argumento ontológico modal, a saber, a premissa que afirma a possibilidade da existência divina. A segunda parte do artigo situa as experiências místicas juntamente com outros indícios da existência de Deus e mostra um caminho para uma defesa cumulativa da premissa da possibilidade da existência de Deus. Fazemos isso por meio de argumentos que indicam, com certa razoabilidade, que é plausível pensar que (i) existe um ser necessário que serve como fundamento para os seres contingentes, (ii) existe uma mente onisciente que serve como fundamento para os objetos abstratos, e (iii) é possível instanciar o grau de valor máximo no mundo atual.

Palavras-chave: argumento ontológico; argumento ontomístico; Deus; experiências místicas.

Abstract: This paper addresses the role of mystical experiences in debates on the ontological argument, which historically has been conceived as an *a priori* argument. It begins with an analysis of the “ontomystical” argument put forth by Pruss (2001), which uses mystical experiences and Śamkara’s principle in support of the crucial premise of the modal ontological argument, namely, the claim that God’s existence is possible. The second part of the paper draws on mystical experiences and other types of evidence for the existence of God, indicating a route for a cumulative defence of that crucial premise. This is done by means of arguments that claim, with some reasonableness, that it is plausible to think (i) that there is a necessary being that serves as a foundation for all contingent beings, (ii) that there is an omniscient mind that serves as a foundation for all abstract objects, and (iii) that it is possible to instantiate the degree of a highest value in the actual world.

Keywords: ontological argument; ontomystical argument; God; mystical experiences.

INTRODUÇÃO

O argumento ontológico parece intrigante. Possui um certo ar misterioso, até mesmo obscuro, e uma das razões para isso deve-se ao fato de ser *a priori*. É o tipo de argumento que, dadas as definições, quem sobre ele medita pode raciocinar até às suas implicações últimas sem levantar-se de sua poltrona favorita; não há nenhum tipo de verificação ou investigação empírica envolvida. Dado o seu nível de abstração, o argumento ontológico pode parecer, principalmente para o descrente em Deus, uma espécie de artimanha intelectual, um mero jogo de palavras que serve como armadilha para os incautos. Dada a sua natureza *a priori*, seria improvável que experiências místicas pudessem ser relevantes na sua avaliação. No entanto, Pruss (2001) utilizou as experiências místicas em conjunto com o princípio de Śamkara para defender a premissa crucial do argumento ontológico, a saber, aquela que afirma a possibilidade da existência de um ser com grandeza máxima. Pruss chamou essa defesa somada ao argumento ontológico de “argumento ontomístico”. Neste artigo, discutimos primeiramente alguns problemas do argumento ontomístico de Pruss e, em um segundo momento, apresentamos o argumento ontomístico, indicando um caminho para uma versão cumulativa, pois, ainda que o argumento de Pruss falhe, pensamos que as experiências místicas servem como um dos possíveis indícios que temos para pensar que um ser maximamente grande existe.

Entretanto, o que seria um ser maximamente grande? Pode não ser fácil responder a essa pergunta, pois há propriedades contrárias para as quais não temos um critério claro para decidir qual é a melhor. Por exemplo, o que confere maior grandeza a um ser: sua atemporalidade ou sua existência em todos os momentos do tempo? Parece que, nesse caso, a resposta está aberta ao debate. Em outros casos, no entanto, algumas propriedades parecem claramente conferir grandeza. Ser onipotente, por exemplo, parece conferir mais grandeza a um ser do que ter poder limitado. Idem para a onisciência, pois um ser que conhece todos os valores de verdade de todas as proposições é maior do que um ser que possui conhecimento limitado. Por fim, uma propriedade que parece atribuir grandeza, deixando pouco ou nenhum espaço para interrogações é a da perfeição moral. Certamente, é melhor ser perfeitamente bom. Portanto, esperamos que um ser maximamente grande seja, ao menos, onipotente, onisciente e onibenevolente.

Mas o que dizer da sua existência? Nos argumentos ontológicos clássicos de Anselmo¹ e de Descartes², a existência é considerada uma propriedade que confere grandeza. Anselmo defende que um ser que existe na realidade é maior do que um ser que exista apenas no entendimento, e Descartes defende que, da mesma forma que a ideia de uma montanha sem vale é inconcebível, assim também é a ideia de um ser perfeito sem existên-

1 Anselmo apresenta seu famoso argumento que ficou conhecido como “argumento ontológico” no Proslógio II.

2 A melhor versão do argumento dito “ontológico” de Descartes provavelmente é a contida na sua quinta Meditação.

cia. Com os avanços em lógica modal que ocorreram no século vinte, a existência *necessária* passou a ser o foco dos proponentes do argumento ontológico³, e essa versão mais recente do argumento é conhecida como a versão *modal*. É bastante razoável assumir que é maior um ser que não pode *não* existir do que esse mesmo ser podendo não existir. É maior para um ser existir em todos os mundos possíveis do que em quase todos, ou em alguns, ou em nenhum. Logo, quando pensamos em um ser maximamente grande, temos em mente um ser onipotente, onisciente, onibenevolente e que, caso exista, existe necessariamente. Mas será que tal ser existe?

O ARGUMENTO ONTOMÍSTICO

Pruss defendeu seu argumento ontomístico somando o argumento ontológico de Plantinga (1974), o princípio de Śamkara e as experiências místicas. Pruss reconstruiu o argumento de Plantinga da seguinte forma:

1. Necessariamente, se x é um ser maximamente grande, então x existe em todos os mundos possíveis e é perfeitamente bom, onipotente e onisciente em todos eles.
2. É possível que exista um ser maximamente grande.
3. Portanto, existe um ser maximamente grande. (Pruss, 2001, p. 112 - tradução nossa adaptada)

Assumindo S5, o argumento é válido. Caso se aceitem as premissas, a conclusão segue-se inescapavelmente. A premissa 1 parece apenas apresentar a definição de um ser maximamente grande, que coincide com o que esperávamos, dada a nossa breve discussão acima sobre quais propriedades um ser maximamente grande deve apresentar. A premissa 2, entendida em termos dos mundos possíveis da lógica modal, afirma que existe um mundo possível em que um ser maximamente grande existe e, dada a definição da premissa 1, conclui-se que 3 (um ser maximamente grande existe). Isso porque ou um ser maximamente grande existe em todos os mundos possíveis, ou não existe em nenhum; isto é, ou sua existência é impossível ou é necessária, portanto, da afirmação de que tal ser existe em um mundo possível segue-se que este ser existe em todos os mundos possíveis.

O ponto controverso do argumento está na premissa 2. A princípio, parece uma premissa modesta à qual dificilmente alguém objetaria, pois apenas afirma que é possível que Deus (que usaremos como sinônimo, doravante, do ser maximamente grande) exista. No entanto, da mesma maneira que se for possível que Deus exista, ele de fato existe, *paralelamente*, se for possível que Deus *não* exista, então ele não existe. Isso acontece porque um

3 Malcom (1960), Hartshorne (1962) e Plantinga (1974) destacam-se por apresentarem versões do argumento ontológico em que a existência necessária cumpre um papel essencial.

ser necessário ou existe em todos os mundos possíveis ou não existe em nenhum; logo, da mesma maneira que o teísta só precisa apresentar um mundo possível em que Deus existe para que fique provado que ele existe em todos, o descrente também só precisa mostrar um mundo possível em que Deus não existe para que fique provado que ele não existe em nenhum. Por essa razão, Oppy (1996, p. 65-66) argumenta que, para o leitor que inicialmente não acredita que Deus existe, não há razões para preferir o argumento teísta ao do ateuísta, ou seja, o argumento ontológico modal gera um impasse, ao menos para o descrente em Deus. Van Inwagen, falando sobre o argumento ontológico modal, concorda com Oppy:

Qualquer que seja o mérito que a premissa crucial do seu argumento possa ter, não se pode esperar que o mundo filosófico a aceite a não ser que se possa mostrar por que é de alguma forma melhor ou mais razoável que a premissa crucial do argumento para a conclusão oposta... E eu não vejo como se pode fazer isso. (Inwagen, 2001, 244-245 – tradução nossa)

Então, por um lado, se é possível que Deus exista, então ele existe. Por outro lado, se é possível que ele não exista, então ele não existe. Seria possível superar esse impasse?

No artigo “Śamkara’s principle and two ontomystical arguments” (2001), Pruss defendeu a tese de que “o impossível nem sequer parece”, que ele chamou de “princípio de Śamkara” (em homenagem ao filósofo e espiritualista indiano Śamkara (788-820 d.C.)). À primeira vista, o princípio soa razoável, pois não é possível que um quadrado nos pareça triangular, por exemplo, ou que algo azul pareça vermelho. O próprio Kant argumentou, assim diz Pruss, que para a nossa experiência ter uma certa unidade e fazer sentido, é necessário que haja alguma coerência. Ora, Pruss argumenta, místicos⁴, tanto do ocidente como do oriente, dizem ter tido experiências de um ser máximo (no oriente, fala-se mais de uma realidade máxima ou última). Essas experiências, se o princípio de Śamkara for verdadeiro, são evidências da possibilidade da existência de Deus, ainda que sejam todas inverídicas, pois, segundo o princípio, “o impossível nem sequer parece”. Logo, o mero parece de um ser máximo já seria razão para se acreditar que um ser máximo pode existir e, de acordo com o argumento ontológico modal, se é possível que um ser máximo exista, então esse ser máximo existe (lembrando que um ser é máximo somente se existir em todos os mundos possíveis, isto é, se existir necessariamente). Esse é um princípio interessante para o argumento ontológico, pois se for verdadeiro, implica que se a existência de Deus for impossível, então é impossível até mesmo que ele *pareça* real e, em contrapartida, se ele parecer real, então é ao menos possível, que é tudo o que o teísta precisa para resolver o impasse colocado por Oppy e Inwagen.

Mas será que o Princípio de Śamkara é verdadeiro? Pruss antecipa algumas objeções possíveis, dizendo que contraexemplos em que o sujeito falha em identificar sua experiência corretamente não funcionam, pois apesar de a pessoa ter pensado que x pareceu a ela,

4 Pruss toma o caso de São João da Cruz como paradigma para uma experiência mística.

na verdade x não lhe pareceu. Pruss fornece alguns exemplos; um deles é o seguinte: uma pessoa sonha que está diante de uma prova de um enunciado matemático; pelo princípio de Śamkara, essa prova seria possível; como toda proposição matemática é verdadeira quando é possível, seguir-se-ia que é verdadeira. Entretanto, quando a pessoa acorda, percebe que o enunciado era sem sentido. Qual a conclusão disso? Talvez possamos concluir que o princípio de Śamkara é falso e que podemos ter experiências impossíveis. Pruss pensa que não. O que ele diz é que a pessoa que sonhou identificou equivocadamente a sua experiência, falhando em perceber que o conteúdo da sua experiência era, na verdade, uma fórmula matemática sem sentido. Desse modo, Pruss prossegue dizendo que o princípio de Śamkara deve ser entendido como “aquilo que *realmente* parece para um sujeito é possível”, com o “realmente” cumprindo a função de enfatizar a responsabilidade do sujeito de identificar corretamente sua experiência. Então, o princípio de Śamkara diz que aquilo que parece para um sujeito que identifica corretamente sua experiência, é possível.

Dessa forma, juntando as três peças do argumento, a saber, o argumento ontológico modal, o princípio de Śamkara e as experiências místicas, o impasse apresentado por Oppy e Inwagen pode ser superado, pois a pergunta “por que razão um descrente em Deus optaria por acreditar que existe um mundo possível em que Deus existe, em vez de acreditar que existe um mundo possível em que Deus não existe?” agora possui resposta: Como não é possível experienciar o impossível, e como muitos místicos experienciaram Deus, então ele é possível e, se é possível, então existe.

PROBLEMAS COM O ARGUMENTO ONTOMÍSTICO

Ryan Byerly (2010) apresentou alguns contraexemplos ao princípio de Śamkara. Muitos jovens motoristas, diz Byerly, quando dirigem, experienciam a sensação de imortalidade. Isso parece falsear o princípio de Śamkara, pois certamente esses jovens são mortais (deixando de lado a imortalidade no sentido espiritual). Se o impossível nem sequer parece, como diz o princípio de Śamkara, como é que esses jovens poderiam ter esse tipo de experiência? Essa não é uma objeção difícil para Pruss, que poderia responder dizendo que tais jovens não identificaram corretamente suas experiências. Talvez suas experiências tenham sido de serem exímios motoristas, o que é algo possível, ou de se sentirem animados ou mesmo exaltados, o que também é possível. No entanto, algo dessa resposta pode voltar-se contra Pruss, pois, já que supostamente os jovens identificaram equivocadamente suas experiências, como saber se os místicos identificaram corretamente as suas? Outro contraexemplo apresentado por Byerly seria o seguinte: se Kripke estiver certo de que existem verdades empíricas que são necessárias, como “água é H_2O ”, poderíamos imaginar um cientista analisando a água com um aparelho defeituoso em que a água parece ser H_3O . Realmente parece para o cientista que a água é H_3O e, portanto, o princípio de Śamkara é falso. O que Pruss poderia dizer, novamente, é que a identificação da experiência está equivocada, mas então, novamente, como poderíamos saber se os místicos identificam cor-

retamente as *suas* experiências? Talvez, tanto no exemplo dos jovens imortais quanto no da água, as pessoas estejam identificando suas experiências corretamente e o princípio de Śamkara é, na verdade, falso. Byerly diz que, caso Pruss queira responder que está havendo identificação errônea nesses contraexemplos, precisaria apresentar algum tipo de critério que nos permitisse diferenciar experiências corretamente identificadas de experiências equivocadamente identificadas.

Além desses contraexemplos, outro problema com o argumento ontomístico é o de saber se os seres humanos são capazes de identificar a experiência de um ser máximo. Como os místicos sabem que não estão experienciando um ser *quase* máximo? Um ser que existe em quase todos os mundos possíveis, mas não todos – e é, portanto, um ser contingente – ou um ser que é quase sempre bom, mas às vezes mau. Alguns místicos parecem presumir que de sentimentos de grande maravilhamento que vão além da compreensão humana, segue-se que a causa de tais sentimentos só pode ser algum tipo de realidade máxima. Mas como alguém poderia saber isso? Como os místicos podem saber que não experienciaram um ser que conhece o valor de verdade de *quase* todas as proposições, mas não todas e, portanto, não é onisciente e, por isso, não é máximo? É isso que Yujin Nagasawa (2017) argumenta: ainda que o princípio de Śamkara seja verdadeiro, não há como saber se os místicos estão identificando suas experiências corretamente, isto é, não é possível para os místicos defenderem que experienciaram um ser máximo em detrimento de um *quase* máximo.

Ainda uma terceira possível objeção pode ser feita ao argumento ontomístico. Parece que a objeção de Oppy e Inwagen ao argumento ontológico modal, de que o descrente não teria razão para preferir a premissa que afirma a possibilidade da existência de Deus em detrimento da premissa que afirma a possibilidade da inexistência de Deus permanece de pé e foi apenas deslocada, mesmo com o argumento ontomístico. Isso porque, da mesma maneira que há relatos de experiências de realidades máximas, também há relatos de absoluta indiferença da natureza, ou ainda do nada como sendo a realidade última.⁵ A pergunta, então, reaparece: por qual razão o descrente preferiria os relatos dos místicos em vez dos relatos dos ateus? Da mesma maneira que, dado o princípio de Śamkara, se pareceu para os místicos que um ser máximo existe, então ele é possível e, como um ser máximo existiria necessariamente, então se ele é meramente possível, segue-se que ele de fato existe; do mesmo modo, se pareceu para os ateus que o nada é a realidade última, então o nada, pelo

5 Paul Draper (1989), por exemplo, disse que “muitos ateus têm poderosas experiências em que eles parecem conscientes da indiferença última da natureza.” p. 347-348. Note que afirmar algum tipo de deísmo em resposta não seria suficiente para o teísmo aqui, pois o teísmo defendido nesse contexto é o do “ser maximamente grande” e um Deus indiferente não seria onibenevolente. Além de Draper, Mark Webb (2022) também registrou a seguinte experiência contrária ao teísmo: “Alguns sujeitos das experiências religiosas relatam experiência do nada como sendo a realidade última.” Aqui sugerimos que o teísta seja caridoso com tais relatos e entenda-os mais como experiências de coisas que implicam que não há nada que transcenda nosso mundo material do que relatos de experiências literais do “nada”, como experiências de sofrimento gratuito, por exemplo.

princípio de Śamkara, é possível e se existe um mundo possível em que o nada é a realidade última, então nesse mundo não há Deus, mas se Deus existe, ele existe em todos os mundos possíveis; logo, dada a experiência ateísta mais o princípio de Śamkara, Deus não existe. Pruss ou outro teísta poderia argumentar que as experiências ateístas estão sendo erroneamente identificadas, mas por qual razão o descrente aceitaria isso em vez de achar que são as experiências dos místicos que estão equivocadas? Ao fim, parece que o impasse permanece.

Portanto, o argumento ontomístico, da forma apresentada por Pruss, parece difícil de defender. Pruss apresenta-o como um argumento dedutivo independente de qualquer outro argumento, o que parece não bastar. O Princípio de Śamkara parece demasiado ambicioso e provavelmente o teísta deva deixá-lo de lado. No entanto, pode ser que as experiências místicas ainda possam cumprir um papel importante em uma defesa cumulativa da premissa da possibilidade divina do argumento ontológico modal. As experiências místicas podem somar-se a outros indícios de que há um ser máximo. Talvez as experiências de realidades máximas não sejam suficientes para que um descrente, comprometido em seguir a melhor opção, acredite em um ser máximo, principalmente pelas experiências ateístas já citadas. Mas e se o teísta conseguir apresentar múltiplos indícios de que há um ser máximo? Mais ou menos da mesma maneira que um detetive acumula vários indícios que apontam para o suspeito 'A' e compara com os indícios para outros possíveis suspeitos, nossa intenção é mostrar que há bons indícios para acreditar na premissa de que é possível que Deus exista, e que não há indícios igualmente bons para acreditar na premissa de que é possível que Deus não exista. Essas premissas são mutuamente excludentes: se é possível que Deus exista, então não é nem sequer possível que ele não exista; e se é possível que Deus não exista, então não é sequer possível que exista, pois ou Deus existe em todos os mundos possíveis, ou em nenhum. A seguir, tentaremos mostrar indícios que aumentem a plausibilidade da premissa favorável à *possibilidade* da existência divina.

OUTROS INDÍCIOS DE UM SER MÁXIMO

Parece árdua a tarefa de buscar indícios para um ser máximo. Ainda assim, indicamos um caminho que pensamos ser razoável. Refletindo sobre a existência em geral, talvez encontremos algum indício. Leibniz (2004, p. 158) coloca a seguinte pergunta: “Por que existe alguma coisa e não o nada?” Se pensarmos a causa da existência de uma casa, por exemplo, poderemos pensar em arquitetos, engenheiros, pedreiros etc., mas o que Leibniz tinha em mente é qualquer existência. Por que há algo ao invés de nada? Se do nada nada vem, parece que algo sempre existiu; caso contrário, teríamos de admitir que o nada, que não possui nenhuma propriedade e poder causal, causou a existência, isso é um absurdo. A existência não pode ser explicada por algo que está fora do conjunto de coisas existentes. Existe um abismo metafísico intransponível entre o ser e o nada; logo, algum tipo de existência parece ser necessária e servir como fundamento para as existências contingentes.

Tomás de Aquino já havia defendido esse ponto em sua terceira via, e pode-se dizer que as duas primeiras vias (a do motor imóvel e a da primeira causa) também corroboram a existência de um ser maximamente grande. Uma maneira resumida de reconstruir a terceira via de Tomás é a seguinte⁶:

1. Tudo que é contingente já não existiu.
2. Se tudo é contingente, em algum momento nada existiu.
3. Se em algum momento não houvesse nada, nada existiria hoje.
4. Alguma coisa existe hoje.
5. Portanto, nem todo ser é contingente.
6. Portanto, existe algum ser necessário.

Não defenderemos aqui cada uma dessas premissas. A terceira via de Tomás já foi discutida extensivamente. Ficamos satisfeitos em dizer que a terceira via corrobora a afirmação de Leibniz indicada acima, de que é ao menos razoável pensar que a existência necessária existe como fundamento dos seres contingentes. Ora, em nossa introdução sobre um ser maximamente grande, concluímos que a existência necessária deve fazer parte dos atributos de um ser maximamente grande. Assim, parece que nosso breve raciocínio sobre a existência pode ter nos levado a um indício de que um ser perfeito existe (ou, ao menos, que pode existir). Nesse sentido, agora os relatos dos místicos parecem mais prováveis; ao menos temos boas razões para acreditar que a existência contingente deve (ou ao menos pode) ter sido causada por uma existência necessária. Não é nosso intuito fazer uma defesa completa de cada indício; apenas nos limitamos a dizer que o raciocínio acima sobre a existência é plausível, ainda que existam objeções, pois nossa proposta é a de apenas indicar um possível caminho que seja razoável. Mas será que existem outros indícios?

Ao menos desde Agostinho⁷ existe um tipo de argumento que começa com os objetos abstratos e termina em uma espécie de mente perfeita. Agostinho argumenta que a verdade é descoberta e não criada, de modo que existe um tipo de parâmetro para além das nossas mentes para que possamos descobrir a verdade, e Agostinho fundamenta essa verdade na mente divina. Craig (2012) usou um argumento “conceitualista” que, como o de Agostinho, parte da realidade dos objetos abstratos como razão para se pensar que uma mente onisciente existe:

⁶ Argumento reconstruído a partir da Suma Teológica I, 2.3. Para uma explicação contemporânea da terceira via, sugerimos Feser (2009), p. 90-99.

⁷ Agostinho apresenta seu argumento no livro *Sobre o livre-arbítrio*, livro II.

1. Objetos abstratos, tais como números e proposições, são realidades de existência independente ou então conceitos em alguma mente.
2. Objetos abstratos não são realidades de existência independente.
3. Se os objetos abstratos forem conceitos em alguma mente, conclui-se que existe um ser onisciente e metafisicamente necessário.
4. Logo, existe um ser onisciente e metafisicamente necessário. (Craig, 2012, p. 181-183)

Craig argumenta que a segunda premissa decorre do isolamento causal em que os objetos abstratos caem caso sejam concebidos de modo independente. Digamos que, por exemplo, o número 7 exista de modo independente. Ora, o número 7 não é agente causal e não parece sofrer qualquer tipo de influência de outros objetos. Logo, os objetos abstratos precisam de uma mente necessária (dado que $2 + 2 = 4$ parece ser necessário, isto é, não existe nenhum mundo possível em que $2 + 2 = 5$) e infinita como fundamento. Isso, novamente, pode ser tomado como um indício de mais um atributo de um ser máximo grande, caso aceitemos a concepção que Craig tem dos objetos abstratos. Temos, assim, os relatos dos místicos, a reflexão sobre a existência e o argumento conceitualista, todos apontando para algum ser supremo. Mas nossa busca por indícios ainda não chegou ao fim.

Recentemente, Rasmussen (2018) defendeu o que chamou de “princípio da continuidade modal”. Esse princípio diz que “as classes de propriedades que diferem meramente em grau tendem a ser modalmente uniformes – ou todas possíveis ou todas impossíveis” (2018, p. 184). Rasmussen raciocina que temos exemplos de valores instanciados na realidade e, dado o princípio de continuidade modal, a tendência é que a mera diferença em grau não sirva para que pensemos que algum nível de valor não possa ser exemplificado. Assim, podemos concluir que o valor máximo deve poder ser exemplificado também. Um niilista objetaria ao raciocínio de Rasmussen, indagando se algum valor é realmente exemplificado. Mas, mantendo o padrão das apresentações dos indícios anteriores, limitamo-nos a dizer que o raciocínio de Rasmussen parece razoável e é um possível caminho, ainda que possam existir objeções. E se tal raciocínio é realmente razoável, então temos agora como indícios apontando para um ser máximo os relatos dos místicos, os argumentos apontando para uma existência necessária e para uma mente onisciente, e o princípio da continuidade modal indicando que o grau máximo de valor pode ser exemplificado. Portanto, ao que parece, é ao menos plausível pensar que, dados tais indícios, é possível a existência de um ser máximo grande. Ao menos existe um caminho que aponta para tal possibilidade. E o que buscamos com esses argumentos é aumentar a probabilidade da mera *possibilidade* de um ser máximo, pois, se é meramente possível que ele exista, então ele existe.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou situar as experiências místicas no debate sobre o argumento ontológico. Em um primeiro momento, analisamos os problemas com o argumento ontomístico de Pruss e concluímos que, apesar de o princípio de Śamkara parecer intuitivo, é ambicioso demais e, mesmo que fosse verdadeiro, as experiências ateístas parecem recolocar o impasse proposto por Oppy e Inwagen sobre a falta de razões para um descrente optar pela premissa da possibilidade da existência de Deus em vez da possibilidade de sua inexistência.

Entretanto, mesmo com as dificuldades do argumento ontomístico, as experiências místicas podem ser úteis para o argumento ontológico modal, pois sua premissa principal – a da possibilidade da existência divina – pode ser defendida cumulativamente, já que, como vimos, além dos relatos dos místicos que afirmam algum tipo de experiência de algo que seria a exemplificação de um ser maximamente grande, temos indícios plausíveis para pensar que: (i) existe um ser necessário como fundamento da existência, (ii) existe uma mente onisciente como fundamento dos objetos abstratos e (iii) parece não haver razões, para se pensar, dado o princípio da continuidade modal, que o valor máximo não possa ser exemplificado. Sabemos da brevidade dos argumentos apresentados na segunda parte deste artigo; certamente há muito mais a ser considerado sobre cada um deles. Ainda assim, parece que esse caminho está aberto e pode mostrar-se plausível e frutífero na justificação da possibilidade da existência divina, principalmente tendo em vista os relatos dos místicos. Retomando nosso exemplo do detetive que acumula indícios para achar que ‘A’ é culpado em vez de ‘B’, este trabalho trouxe indícios significativos para superar o impasse introduzido por Oppy e Inwagen em favor da premissa teísta, que diz que é possível que Deus exista, pois não parece ser tão simples rejeitar, agora, a premissa teísta.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO (2019). Sobre o livre arbítrio. Campinas: Ecclesiae.
- ANSELMO (2016). Proslógio. Porto Alegre: Concreta.
- AQUINO (2018). Tomás de. Suma teológica. 9 vols. São Paulo: Loyola.
- BYERLY, Ryan (2010). “The ontomystical argument Revisited”. *International Journal for Philosophy of Religion*, 67(2), p. 95–105.
- CRAIG, W. L. (2012). Apologética contemporânea: A veracidade da fé cristã. 2ª edição. São Paulo: Vida Nova.
- DRAPER, Paul (1989). “Pain and Pleasure: An Evidential Problem for Theists”. *Noûs*, Vol. 23, No. 3, p. 331-350.
- FESER, Edward (2009). *Aquinas: A Beginner's Guide*. Oxford: Oneworld.
- HARTSHORNE, Charles. (1962). *The logic of perfection*. La Salle: Open Court.
- INWAGEN, P. V. (2001). *Ontology, identity, and modality*. New York: Cambridge University Press.
- LEIBNIZ (2004). *Discurso de metafísica e outros textos*. São Paulo: Martins Fontes.
- MALCOLM, Norman (1960). Anselm's ontological arguments. *The Philosophical Review*, 69(1), p. 41-62.
- NAGASAWA, Yujin (2017). *Maximal God*. Oxford University Press.
- OPPY, Graham (1996). *Ontological arguments and belief in God*. New York: Cambridge University Press.
- RASMUSSEN, Joshua. (2018). “Plantinga”. In: *Ontological arguments*, by G. OPPY, Cambridge: Cambridge University Press.
- PLANTINGA, Alvin (1974). *The nature of necessity*. Oxford: Clarendon.
- PRUSS, Alexander. (2001). “Śamkara's principle and two ontomystical arguments”. *International Journal for Philosophy of Religion*, 49, p. 111-120.
- WEBB, Mark. Religious experience In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2022 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/religious-experience/>>.

Rafael Wuster. Licenciado em Filosofia pela UFRGS. Atualmente é mestrando em Filosofia pela UFRGS.

DOI: <http://dx.doi.org/10.26512/2358-82842023e51918>

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](#).